



“EU POSSO APRENDER, EU SOU CAPAZ DE APRENDER”: o preconceito sofrido por alfabetizandos da Educação de Jovens, Adultos e Idosos

Charliel Lima Couto¹

Eliana Borges Correia de Albuquerque²

Eixo temático: 5-Alfabetização e educação de jovens, adultos e idosos

Resumo: Este artigo é um recorte de uma pesquisa de doutoramento, em andamento, que investiga experiências de letramentos com jovens e adultos em processo de alfabetização. Enquanto um recorte, discutiremos aqui, situações de preconceitos sofridas por alunos da educação de jovens, adultos e idosos (EJAI) de uma turma das fases iniciais. Nesse sentido, os dados apresentados são frutos de observações de aulas e entrevistas. Os dados revelaram que essa modalidade carrega diversos estigmas sociais que vão se consolidando em situações preconceituosas no seu cotidiano. Ficou nítido que o preconceito sofrido está ligado ao fato deles não saberem ler e escrever, como também, por estarem frequentando a escola depois de adulto, ou ainda, por não terem concluído a educação básica na idade considerada “regular”. Tais situações foram relatadas por eles e revelam um processo de humilhação em que são submetidos constantemente, contribuindo para a construção, em muitos casos, de uma culpabilização por estarem em tal condição. Entretanto, diante de tudo, percebemos que todos carregam o desejo de aprenderem a ler e escrever ou de concluir a educação básica.

Palavras-chaves: Educação de Jovens, Adultos e Idosos; Alfabetização; Preconceito; Letramento.

Introdução

O preconceito com jovens, adultos e idosos não escolarizados é algo que faz parte da construção social do Brasil, o que faz com que essas pessoas passem, constantemente, por

¹Mestre em Educação Matemática e Tecnológica (UFPE). Doutorando em Educação (UFPE). Professor da Educação Básica na rede Municipal de Educação de Buíque - PE. Bolsista da Fundação de Amparo à Ciência de Pernambuco (FACEPE). Contato: charliel.couto@ufpe.br

²Doutora em Educação pela UFMG, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE – Recife. Contato: eliana.albuquerque@ufpe.br

situações constrangedoras. Nesse sentido, muitos autores nos ajudam a compreender como se formou e se consolidou tais estigmas, como também refletem sobre a ideia de que essa construção não pode ser atribuída a uma falta de interesse desse público, como é propagado por muitas instituições sociais, assim, dentre eles, temos: Galvão e Di Pierro (2012); Pereira (2013); Freire (1979), dentre outros.

É importante considerar que quando falamos dos estudantes da EJA, nos referimos a um grupo de pessoas com características distintas, no qual, cada um traz um conjunto de experiências para a sala de aula, que podem ser utilizados como ponto de partida durante os processos de ensino e de aprendizagem. Por sua vez, apesar dessa heterogeneidade presente nesse grupo, há algo que eles compartilham entre si, a negação do seu direito à educação, que culminou, em algum momento da vida, com sua desistência da escola, ou ainda, de nem terem tido a chance de frequentá-la. Entretanto, na maioria das vezes, eles não conseguem ter a consciência do processo de exclusão de tal direito, carregando a culpa por estarem na condição de analfabetismo.

Assim, partimos das ideias de Galvão e Di Pierro (2012) ao discutirem que os jovens adultos e idosos não alfabetizados passam por tantas situações de imposição de estigmas, que tendem a acreditar que são incapazes de aprender, reproduzindo falas que reforçam e, ao mesmo tempo, mostram o preconceito enraizado neles, como por exemplo: ao se considerarem ignorantes, que não sabem falar corretamente, que não conseguem enxergar o mundo de forma crítica, etc.,.

Diante da importância de tal temática, apresentaremos e analisaremos neste artigo alguns relatos de estudantes da EJA envolvendo situações de preconceitos vivenciados ao longo de suas trajetórias de vida, como também, em alguns casos, relatos que mostram a superação de tais estigmas impostos a eles.

2 Preconceito contra pessoas não alfabetizadas: uma construção histórica e social

Para quem pesquisa, leciona ou tem algum contato com pessoas não alfabetizadas, sejam jovens, adultas ou idosas, já deve ter se deparado com alguma situação em que esses sujeitos são tratados de forma preconceituosa, colocando-os em posições de menosprezo por não conseguirem ler ou escrever algo, por não conseguirem assinar seus próprios nomes, ou simplesmente, por se declararem como “analfabetos”.

Por muitas vezes, são pronunciadas e incorporadas frases pejorativas que desqualificam essas pessoas, tais como: você nessa idade não sabe ler? Você não vai aprender mais nada, só quem aprende é criança; o analfabeto é igual a um burro velho; o analfabeto é um cego de guia. Nesse último caso, sugere-se que precisam sempre de alguém

para resolver questões que lidam com a leitura e a escrita. Essas frases vão sendo incorporadas no dia a dia dessas pessoas, fazendo-os carregar a culpa por estarem em tal condição.

Nesse sentido, vale a pena refletir sobre como se estruturou o preconceito contra pessoas não alfabetizadas no Brasil, se distanciando da ideia de que esse preconceito é visto como natural. É preciso o considerar como algo que foi se construindo na sociedade e que remete ao processo de exclusão escolar que essas pessoas passaram em algum momento de suas vidas. Assim, corroboramos com Pereira (2013) ao discorrer sobre a importância do analfabetismo ser entendido como resultado de uma situação de pobreza, gerada por uma estrutura social desigual, não mais sendo visto como uma causa. Assim, nessa nova compreensão, é possível estabelecer uma relação entre a problemática educacional e a problemática social.

Galvão e Di Pierro (2012), em seu livro *Preconceito contra o analfabeto*, fazem uma apresentação/discussão sobre o processo de exclusão que essas pessoas passaram ao longo da construção do sistema educacional brasileiro, mostrando que o preconceito sofrido por jovens e adultos não é algo recente, mas que vem sendo perpassado ao longo dos tempos desde o processo de catequização feito pelos portugueses colonizadores, até os dias atuais. Além disso, as autoras apontam que em muitos momentos foram tirados os direitos desses cidadãos, reforçando ainda mais os estigmas ligados ao não saber ler e escrever, como por exemplo, a negação do direito ao voto, colocado na constituição por meio da Lei Saraiva, em 1881, lei que instituiu pela primeira vez o título de eleitor, mas que, ao mesmo tempo, negou o direito de voto às pessoas não alfabetizadas. A aprovação dessa lei se deu mediante o discurso de que o analfabeto não poderia votar para escolher seus representantes, pois eles não tinham capacidade de desenvolver opiniões próprias, baseando-se em opiniões alheias.

Além dos aspectos já postos, para Galvão e Di Pierro (2012), na maioria das vezes que conversamos com pessoas não alfabetizadas, jovens, adultos ou idosos, fica nítido que eles já carregam uma culpa por viverem em tal condição, considerando-se os únicos responsáveis por não terem aprendido, por não terem estudado ou terem desistido, sem compreenderem que tal situação está ligada a um processo de exclusão social e de negação de direitos educacionais. Nesse sentido, é muito comum, dentro de pesquisas científicas, ouvirmos alunos da EJA falarem que não estudaram por falta de interesse, mas quando aprofundamos a análise de tais afirmações, percebemos que há questões políticas e sociais envolvidas, como podemos ver em um extrato da pesquisa de Couto (2017), ao questionar uma aluna sobre os motivos que a levaram a desistir da escola.

Primeiro, dificuldade, *interesse que não tinha*, eu fui umas duas vezes, depois não fui mais, meus pais mandavam e eu não ia. *Às vezes não tinha condição de comprar os materiais. Hoje em dia é outra a oportunidade, roupa de graça, caderno de graça, comida de graça, naquele tempo meu, não tinha nada disso, papai e mamãe não podia comprar, isso desmotiva* (extrato da entrevista com a aluna Solange Caetano, *grifo nosso*).

Como constatamos, a aluna participante da pesquisa carregava para si a culpa por não ter estudado; entretanto, ao analisar sua fala, percebe-se que a mesma passou por processos de negação do direito à educação. Nesse sentido, no momento em que os pais não podiam comprar os materiais escolares e o sistema público não oferecia tais recursos, a aluna se via desmotivada, fazendo com que abandonasse a escola.

Precisamos compreender e, enquanto educadores de jovens, adultos e idosos, desenvolver neles uma consciência crítica em relação a visões equivocadas sobre seu analfabetismo. Nesse ponto, é preciso entender, como afirma Barreto (2006), que nenhuma pessoa é analfabeta porque quer, mas às vezes essa condição pode estar relacionada ao lugar onde vive, em que a leitura e a escrita não são algo de necessidade primária, ou podem ser homens ou mulheres que tiveram seu direito à educação negado.

Para finalizar essa discussão sobre o processo ligado ao preconceito em torno do analfabetismo de jovens, adultos e idosos, precisamos considerar os ensinamentos de Paulo Freire, ao discutir que as pessoas não alfabetizadas não são seres que vivem nas trevas, esperando pela iluminação do conhecimento. É preciso uma reflexão a respeito do homem, que o considere enquanto um sujeito e não como um objeto, partindo de uma análise cultural de sua realidade, fugindo assim do risco de aplicar uma educação pré-fabricada, ou ainda, promover mais situações de menosprezo ou preconceito para com essa modalidade (FREIRE, 1979).

3 Metodologia

Este estudo, de características etnográfica, é fruto de dados coletados por meio de observações em uma turma das fases iniciais da Educação de Jovens, Adultos e Idosos. Além das observações, utilizamos entrevistas para colher dados sobre diversos aspectos ligados à turma, tais como: perfil social, experiências escolares, tanto quando criança como durante a fase adulta, motivação que os levaram a voltar aos estudos, importância atribuída ao ato de ler e escrever, dentre outras. No entanto, para esse artigo, fizemos um recorte relacionado aos relatos sobre aspectos ligados ao preconceito que por ventura esses alfabetizando possam ter sofrido durante sua vida, principalmente por não saberem ler e/ou escrever.

A pesquisa de doutorado, que está em andamento, está sendo desenvolvida em uma

escola municipal de Buíque no agreste de Pernambuco, município que apresentou, nos dados do censo de 2010, uma taxa de analfabetismo de 40,21%, considerando as pessoas com mais de 15 anos de idade, ocupando o terceiro lugar, entre os municípios do estado, com maior índice de pessoas não alfabetizadas.

A coleta dos dados apresentados neste artigo foi feita entre os meses de março e abril de 2023, com a participação de 8 alunos, sendo 6 do sexo feminino e 2 do sexo masculino, com idades entre 14 anos a 49 anos. A análise foi feita levando em consideração aspectos da análise de conteúdo de Bardin (1970). Além disso, todos os participantes foram informados sobre a pesquisa, assinando um documento de participação, no qual havia as explicações e aspectos legais que regem as pesquisas envolvendo seres humanos.

4 Resultados e Discussão

Como destacamos na metodologia, nosso público é constituído por 8 alunos, sendo a maioria mulheres. Com o objetivo de identificar as hipóteses de escrita alfabética desses alunos, e averiguar seu processo de alfabetização, aplicamos uma diagnose de escrita em que eles deveriam registrar o nome de nove figuras que pertenciam ao campo semântico “alimentos”, sendo formadas por sílabas simples e complexas e também com quantidades de sílabas variadas. As palavras foram as seguintes: pão, graviola, abacate, cebola, jabuticaba, café, milho, chá e banana.

Com a análise da diagnose, constatamos que apenas duas alunas estavam em um nível que corresponde à hipótese alfabética, já conseguindo ler e escrever. Por sua vez, os outros estavam ocupando diversas hipóteses: pré-silábica, silábica com e sem valor sonoro e silábica alfabética.

Acreditamos ser importante apresentar esses dados pois, em muitos casos, durante a entrevista, foi explanado que o preconceito estava ligado ao fato de não saberem ler e escrever, entretanto, mesmo as duas alunas alfabetizadas, já passaram por situações de constrangimentos. Podemos constatar tal fato na entrevista com Camila³, uma aluna de 38 anos, que ao ser questionada sobre episódios de preconceitos, destaca que passou a sofrer depois que voltou para a escola, como podemos observar em sua fala: *as pessoas me perguntam o que venho fazer na escola e dizem que eu não vou aprender mais nada. Mas eu posso aprender, eu sou capaz de aprender. Estou aprendendo muita coisa* (extrato da entrevista com Camila).

Da mesma forma que Camila, a aluna Josi também é alfabetizada e, ao refletir sobre

³ Nomes fictícios, atendendo as exigências éticas de pesquisa com seres humanos.

situações de preconceito, destaca que o principal constrangimento que teve foi em um de seus trabalhos, que mesmo sem precisar usar a leitura e a escrita no ambiente, foi demitida, por não ter instrução suficiente: *o único preconceito que senti, não foi por ser analfabeta, mas por não ter concluído os meus estudos, eu não usava nada de leitura e escrita no trabalho, fazia faxina, mas eles usaram essa desculpa para me demitir* (extrato da entrevista com Josi).

Nos dois relatos expostos, percebe-se que o fato de saber ler e escrever, por si só, não garante que jovens, adultos e idosos não passem por situações preconceituosas. No caso de Camila, tal situação estava ligada à ideia de que a escola é uma instituição voltada apenas para as crianças, e por já ser adulta, não deveria mais estudar ou não teria mais a capacidade de aprender. Galvão e Di Pierro (2012) apontam que essa ideia é transmitida apenas para um sujeito particular, no caso, o adulto.

No caso dos alunos que estão em processo de alfabetização, verificamos diversas situações de preconceito oriundas das mais diversas esferas sociais. O aluno Pedro relatou que já passou por várias situações preconceituosas por não saber ler e escrever e muitas delas afetaram sua vida social, como consta no extrato de sua fala: *Eu já sofri muito preconceito, mangavam muito de mim, diziam que eu era burro, que eu ia ser assim o resto da vida, que dava até desgosto. Tem gente aqui na rua que não queria nem andar comigo, isso me destruía* (extrato da entrevista com Pedro).

O relato de Pedro foi um dos mais fortes que presenciamos durante as entrevistas. Apesar de jovem, apenas 27 anos, ele teve seu direito à educação retirado por questões familiares, uma vez que o padrasto não o deixava estudar, apenas queria que ele trabalhasse:

No sítio, quando era pequeno, não consegui estudar, porque meu padrasto não deixava, ele queria que eu trabalhasse pra dar o dinheiro a ele. Eu precisei fazer um acordo com ele, trabalhava até meio dia e a tarde ia estudar, mas ele não deixava, batia tanto em mim como na minha mãe. Eu tinha muita vontade de estudar, mas ele não deixava (extrato da entrevista com Pedro).

Diante de tais relatos, reafirmamos a importância de discutir tais situações vivenciadas por tantos jovens, adultos e idosos, independentemente de estarem ou não na escola. Além disso, é importante que tais discussões sejam feitas dentro do ambiente escolar, fazendo com que esses alunos desenvolvam uma consciência crítica em relação a sua situação e que entendam que existem diversos fatores que os levaram a estarem em tal condição.

Outro relato que revela os constrangimentos sofridos por essas pessoas foi feito por Dona Ana, a aluna mais velha da turma, com 49 anos. Em seu caso, ela revela dois pontos importantes: a significação negativa em torno da própria palavra analfabeto e a humilhação sofrida, principalmente, por não acreditarem que o adulto é capaz de aprender, como

podemos observar em sua fala:

Quando escuto a palavra analfabeto eu penso que tô sendo humilhada, que não sou importante pra ninguém, porque eu não sei ler. As pessoas falavam que eu era uma ridícula, “é tão ridícula que não sabe nem o que é o O”, que olha para uma xícara que lava todo dia, e não sabe nem o que é o O (extrato entrevista com Dona Ana).

Dona Ana é uma das alunas que está em um nível pré-silábico de hipótese de escrita, entretanto, mesmo com diversos problemas pessoais, como depressão, cuidado com a mãe, dentre outros, é a aluna mais assídua na sala de aula. Durante os dias de observações, nunca faltou e por seus relatos em sala de aula, não ficou sem frequentar as aulas nem por um dia. Além disso, em muitos momentos da aula, registramos suas falas representando sua vontade de aprender e sua felicidade ao conseguir resolver alguma atividade proposta pela professora.

De uma forma geral, cada aluno entrevistado e observado revelou alguma situação que poderíamos discutir nesse trabalho, todavia, os relatos postos já revelam, mesmo que parcialmente, as diversas condições preconceituosas que esse público enfrenta no seu cotidiano. Entretanto, mesmo com tantas adversidades, percebemos, como na fala de Camila e que deu o título a esse trabalho, que há uma força de vontade e uma consciência de que eles são capazes de aprender, mesmo que várias pessoas digam que não.

Para encerrar essa discussão tão importante, apresentamos uma fala da aluna Vaqueira, que revela a felicidade ao aprender, ao superar as imposições postas socialmente:

Esse é minha primeira vez que voltei a estudar. E tô aprendendo a ler algumas palavras. Eu fiquei tão feliz no dia que li aquela frase que a professora colocou no quadro e ganhei um chocolate, quando cheguei em casa eu chorei de emoção (extrato da entrevista com Vaqueira).

Essa aluna teve seu direito de estudar tirado pelo seu pai. Na entrevista ela revelou que ele não deixava os filhos estudarem, pois em suas palavras, a escola só ensinava o que não presta. Diante dessa situação, ela apresenta muita mágoa dele, chegando a falar que: *tem hora que eu tenho uma raiva do meu pai, ele dizia que a escola só ensinava o que não prestava (extrato da entrevista com Vaqueira).*

5 Considerações Finais

Diante dos relatos apresentados neste artigo fica evidente a importância de se discutir a temática envolvendo o preconceito contra pessoas não alfabetizadas, tanto com os que

fazem parte da Educação de Jovens, Adultos e Idosos, como também os que estão fora da escola, que soma a maior parte dos adultos nesta condição.

As observações e entrevistas feitas com alunos das fases iniciais da EJAI revelaram que os mesmos passam por inúmeras situações preconceituosas em seu dia a dia, muitas vezes os colocando em situação de inferioridade por não saberem ler e escrever, os privando, em muitas vezes, de participarem de várias atividades sociais, causando vergonha e constrangimento.

Nas várias falas relatadas, percebemos que mesmo diante de toda uma gama de preconceito sofrido, eles têm o desejo de superar tal condição e, para isso, veem a escola como a responsável para mudar tal situação. Além disso, tais estgmas não atingem apenas os alunos que não sabem ler e escrever, mas também os que são alfabetizados, mas procuram a escola para dar continuidade a seus “estudos”.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARRETO, V. **Paulo Freire para educadores**. 7 ed. São Paulo: Arte & Ciência, 2006.

COUTO, C. L. **Um estudo sobre o uso do bingo das grandezas e medidas na Educação de Jovens e Adultos**. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática e Tecnológica) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

GALVÃO, M. de O.; DI PIERRO, M. C. **Preconceito contra analfabeto**. 2º ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

PEREIRA, M. L. de C. **A construção do letramento na Educação de Jovens e Adultos**. 3ª edição. Belo Horizonte: Autêntica/FCH-FUMEC, 2013.